

**Câmara deflagra processo de cassação contra petista
Deputado ligado a doleiro preso renunciou ontem à vice-presidência da Casa
Isolado até mesmo no PT após a revelação das suspeitas, ele ficará inelegível até 2023
caso perca o mandato**

DE BRASÍLIA

O Conselho de Ética da Câmara abriu ontem processo de cassação contra o vice-presidente da Casa, o deputado licenciado André Vargas (PT-PR), que no início da noite renunciou ao cargo que ocupava na cúpula da instituição.

Isolado até mesmo dentro do PT após as revelações de suas ligações com o doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato da Polícia Federal, Vargas ficará inelegível até o início de 2023 caso perca o mandato.

O caso será relatado pelo opositor Júlio Delgado (PSB-MG), que em 2005 foi o responsável na Câmara por elaborar o pedido de cassação do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT) no escândalo do mensalão.

O PT chegou a apresentar uma questão de ordem para tentar barrar a instauração do processo no conselho sob o argumento de que a investigação deveria ser iniciada pela Corregedoria da Casa, mas a manobra foi rejeitada pelo presidente do colegiado, Ricardo Izar (PSD-SP).

Antes da escolha de Delgado para a relatoria do caso, por sorteio, dois outros nomes concorriam para a função, entre os quais Roberto Teixeira (PP-PE).

O deputado pernambucano teria recebido R\$ 250 mil como doação eleitoral intermediada por Youssef, segundo e-mails interceptados pela PF na Lava Jato. De acordo com as investigações, o doleiro teria intermediado doações para deputados e diretórios do PP e para o PMDB de Rondônia nas eleições de 2010. Até a conclusão desta edição, a **Folha** não havia conseguido falar com Teixeira.

"Neste caso em questão nós temos muitas provas públicas e notórias", disse Delgado sobre o caso, para quem não há meio-termo, ou é cassação ou é absolvição.

O conselho terá a partir de agora 90 dias úteis para concluir a investigação e apresentar um parecer que pode prever diversas punições, sendo a mais grave o pedido de cassação do mandato.

A decisão final ficará a cargo do plenário da Casa, em votação aberta. Para haver a perda do mandato, é preciso o voto de pelo menos 257 dos 513 deputados.

Delgado avisou que pretende concluir seu parecer em maio -antes, portanto, do início da Copa do Mundo. Vargas está sob intensa pressão desde que a **Folha** revelou que uma viagem sua de jatinho, de Londrina (PR) a João Pessoa, com familiares, foi paga pelo doleiro.

A PF também flagrou conversas em que o petista e o doleiro conversam sobre contrato de um laboratório ligado a Youssef com o Ministério da Saúde.

Segundo a PF, o doleiro é um dos chefes de esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado cerca de R\$ 10 bilhões de forma suspeita.

No atual estágio do processo, mesmo que Vargas renuncie ao mandato -até agora ele apenas entregou o cargo de vice-presidente e se licenciou por 60 dias do mandato-, o Conselho de Ética seguirá com o trâmite da cassação até o fim.

Desde que o caso estourou, Vargas só foi à Câmara uma vez para se explicar na tribuna do plenário. Na ocasião, ele afirmou que foi um equívoco ter pedido o favor para o doleiro, de quem disse ser amigo há 20 anos.

Desde então, sofre pressão do PT e do Palácio do Planalto para que renuncie ao mandato.

(MARIANA HAUBERT)

Colaborou **ANDRÉIA SADI**, de Brasília